

Introdução

Não faz muito sentido estudar fenômenos sociológicos como se eles ocorressem em um vazio sociológico.

Norbert Elias, 2000, p.16.

Estar debruçada sobre as temáticas que envolvem direitos humanos já faz parte de minha vida desde muito pequenina, quando acompanhava meu pai em várias de suas incursões de líder comunitário do bairro onde morávamos. Sem saber quase nada sobre as formas adequadas de tratar aquelas expressões da Questão Social, especialmente as ligadas à pobreza, foram muitos os anos de assistencialismo prestado àquela população.

A temática específica da formação de identidades raciais surgiu um pouco mais tarde para mim, quando da seleção para a função de auxiliar de pesquisa, durante a graduação em Serviço Social na UFRJ, a partir da oportunidade de fazer parte da pesquisa “Formação de identidades e territórios negros no Rio de Janeiro: múltiplas dimensões étnico-raciais, de gênero e classe” coordenada pela Profa. Dra. Marlise Vinagre Silva, em 2000.

Particpei do projeto por um ano como bolsista de iniciação científica do CNPq e por mais um ano como voluntária, e com o mesmo entusiasmo que me fez permanecer na equipe sem bolsa – quando então o Presidente da República cortara grande parte deste tipo de fomento para as pesquisas na área de ciências humanas – decidi continuar a deslindar as relações hipercomplexas deste mesmo tema para além curso e além pesquisa.

O projeto de pesquisa previa a coleta sistemática de dados em diversos locais apontados pela coordenadora e pelas referências teóricas com as quais trabalhávamos como sendo possíveis “territórios negros” da cidade do Rio de Janeiro: locais que se constituíam em verdadeiras âncoras para o desenvolvimento de (e, ao mesmo tempo, sustentados por) “identidades negras positivas”.

Estas identidades emancipadoras precisavam se constituir em pólos de necessária resistência. Precisavam nadar contra o seu desaparecimento essencial enquanto sujeito ativo e protagonista de sua história, enquanto membro ativo e participante das esferas públicas e políticas: alguém, afinal, significativo. Já estes territórios negros, constituíam-se naquilo que a pesquisadora chamaria em sua tese

de doutorado em 1999 de “ilhas subversivas”. Nas palavras da autora que parafraseia Tereza de Lauretis, “o esforço de recriar um ‘outro lugar’ ” (Vinagre Silva, 1999, p. 237).

Contudo, para Vinagre Silva, estes movimentos não são homogêneos ou livres das interferências da estrutura em que os indivíduos constroem suas identidades. De orientação foucaultiana, ela entende que:

...quase sempre inscritos nas auto-representações e nas práticas micropolíticas de resistência, encontram-se fragmentos de projeções sociais situadas fora do conjunto ideológico dominante. Entretanto, estes mesmos sujeitos expressaram discursos que contém e (re) produzem as representações de classe-raça/etnia-gênero dominantes, fundadas nas *diferenças hierárquicas*, ao mesmo tempo em que revelam o que aqui denomino Ilhas Subversivas (...) estas práticas de resistência, diferentemente do que aponta Lauretis, não se dão, pois, “nas margens dos discursos hegemônicos” ou nas brechas institucionais. Vale destacar, trata-se de práticas sociais e discursivas reais, expressão da contradição e da diversidade, produto e causa da gestão de contra-poderes articulados no cotidiano das relações de poder (Vinagre Silva, 1999, pp. 237-238).

Desde esta época, através de “intuições” (Bourdieu, 2004) levadas por fortes impressões empíricas, já entendia a íntima relação destas categorias teóricas e empíricas. Ou, como diria José Maurício Arruti (2006), supunha que havia nelas e entre elas um movimento de mão dupla e de implicações recíprocas.

Foi nesta trilha que tive notícias da existência de toda uma teia de acontecimentos inscritos numa conjuntura muito específica de ampliação e captura de direitos, em especial das minorias, com menor poder de barganha política. Este contexto que vem se estendendo desde a década de 1980 no Brasil – sendo coroado na Constituição Federal de 1988 – e que vem respaldando estas lutas após a abertura política no país, seguem um rastro de democratização de informações, ampliação de debates e minoração nas desigualdades das disputas de forças travadas nestes embates que já são um aspecto de longa duração (Braudel, 1958). Contraditoriamente, neste mesmo contexto de abertura política progressiva, de captura da lei foi que pude perceber como ainda há vastíssimos grupos ainda alijados de seus direitos mais elementares de livre-expressão, moradia, infraestrutura, credo e memória.

Também assim tomei conhecimento da dimensão dos conflitos que perpassavam uma luta específica por resgate/manutenção/afirmação de identidades de povos do Rio de Janeiro, que reivindicam para si a posse legal das terras que habitam desde séculos passados: os remanescentes de quilombos da Ilha de

Marambaia (Ver **Figura 1**, em “Anexos”, p. 118). No contexto contemporâneo, diversas lutas se empreenderam neste sentido visando à busca de direitos fundiários deste cariz específico.

Os remanescentes de quilombo da “Ilha de Marambaia”, descendentes de escravos que ali habitavam enquanto mercadoria proveniente do tráfico de homens e mulheres africanos para fins de escravização e que, em algum momento do final da vida de seu, então, dono – o Comendador Breves – receberam como doação informal as praias de sua “ilha” (Ver **Figura 2**, em “Anexos”, p. 118).

Terras estas que não poderiam, simbolicamente, ser simplesmente substituídas por outras como em casos de eventuais passagens de estradas ou obras públicas em que o governo resolve tudo com uma indenização simples ou “re-alocação” daqueles indivíduos em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado.

Neste caso específico, as terras tinham um componente ulterior: tratava-se de um território simbólico, um território alternativo, um território rico em significados e que se constituía em base da identidade racial construída ao longo da história daquele povo.

Identidade esta que quase foi apagada pelos paulatinos processos de intenções (Moscovici, 1978) de uma sociedade racista ou pelo que eles mesmos denunciavam em frases de denúncia ou em seu “sofrimento calado”¹: a repressão militar por vezes violenta instalada naquela “ilha”, que em 1971, contraditoriamente teria de deixar de ser um território alternativo para se tornar um território de segurança nacional, um território sob o controle militar com poder reconhecido por meio de autoridade federal.

Mesmo que, desde a década de 1970 até os dias atuais, a vida neste território tenha se tornado de tão difícil manutenção conforme relatam os moradores da Ilha nas entrevistas para este trabalho, de certa forma, o que parece ter prevalecido dentre eles foi a cultura da resistência. Não uma resistência sem negociações ou recuos, mas certamente uma resistência que concretamente prova sua validade, na medida em que mantém viva uma reminiscência, fragmentos de histórias de vida e de modos de pensar característicos.

Já em nosso trabalho de conclusão de curso de graduação, atividade que

¹ Termo utilizado por Arruti em entrevista enquanto representante dos agentes institucionais de Koinonia no Projeto Egbé – Territórios Negros para fins de análise em 22 de Junho de 2007.

ocorreu paralela à nossa primeira inserção em um projeto de pesquisa e também decorrente das indagações inerentes à inserção profunda nas discussões raciais, o desafio era falar sobre formação de identidades de mulheres negras que atuassem como líderes em territórios negros e, portanto, mais ativas e conscientes de sua ação nos processos de formação de identidades.

Para isto, fomos a diversos espaços onde poderia encontrá-las e entrevistá-las. Ver nas entrevistas realizadas com aquelas mulheres como a valorização positiva das origens e de uma cultura próprias era determinante para a visão de mundo e o *modus vivendi* delas era algo revelador para nós.

Profissionalmente significava um mecanismo concreto de enfrentamento e superação das subalternidades impostas àquelas mulheres, que em um dado momento de suas trajetórias perceberam a ampliação das possibilidades dentro da luta militante.

Além disso, no plano pessoal, aquilo confirmava a grande relevância de cada ida à Prefeitura, ainda em minha infância, com meu pai em busca da garantia dos direitos e de soluções para aquelas realidades sofridas dos moradores de um bairro pobre de Duque de Caxias.

Naquele processo de pesquisa, uma parte substancial dos elementos pertinentes às formações de identidades raciais positivas em territórios negros ficou bem clara para nós no discurso das mulheres que nós entrevistamos. Suas falas eram marcantes e cheias de emoção. Descobrir-se enquanto alguém significativo e valoroso para além de sua própria rede familiar (ou para si própria) em uma sociedade que há séculos vem inculcando no imaginário coletivo a anomia do negro (ou pior: sua inferioridade), já foi argumento suficiente para justificar aquela euforia que, então já era nossa também.

Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de conversar com duas interessantes mulheres.

Maria e Josefa² eram moradoras da Restinga de Marambaia – um local onde, orientadas por uma ONG carioca chamada Koinonia, já vinham lutando há algum tempo pelo reconhecimento da condição de Remanescente de Quilombo, o

² Neste trabalho estão adotados nomes fictícios visando à preservação da identidade real e da segurança física, material e psicológica das pessoas entrevistadas.

que permitiria receber o título coletivo de posse e administração livre da terra³, fato que foi interrompido no ano de 1971 pela Marinha de Guerra do Brasil, quando estes lá se instalaram por determinação federal.

O que ficava nítido, mesmo que suas falas fossem discretamente receosas, utilizando palavras relativamente vagas de denúncias camufladas pelo medo, era o controle despótico, a coerção e mesmo o embotamento das expressões que, para aquela pequena população, significava a sua forma de existência: a vivência de suas referências culturais provenientes de África.

Percebemos, com doloroso pesar, que o braço militar havia sido eficaz na paulatina desestimulação daquilo que remetia todo um povo a sua noção específica de mundo, ao seu sentido de pertença.

Felizmente esta profusão de sentimentos que misturava largas medidas de inconformismo, revolta e verdadeira vontade de dedicação a tentar contribuir para a mudança daquela situação foi relativamente aliviada ao tomar conhecimento da atuação da ONG Koinonia que, em parceria com diversas instituições acadêmicas como o Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense; o Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o NUFEP⁴ da Universidade Federal Fluminense e a Fundação Cultural Palmares, bem como o Ministério Público, se dedicavam aos aspectos jurídicos de garantia da posse da terra àquelas pessoas, baseados no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

Cabe ressaltar que a própria estrutura da ONG Koinonia constituiu uma evidência clara do tipo de trabalho que esta desenvolve, suas preocupações e ênfases temáticas, bem como das suas práticas (Ver **Figura 3**, em “Anexos”, p. 119). No seu projeto⁵, Egbé – Territórios Negros, que trabalha com a questão de territórios negros no Brasil, como remanescentes de quilombos e terreiros de candomblé, percebemos que os objetivos e a compreensão da instituição são:

The Project intends to develop practical actions at the social, political and cultural levels as well as collect information and carry out studies aiming at supporting the claims of *Tradictal Black Communities* for the regularizations of their territories.

³ Condição *sin equa non* para posse do título das terras enquanto Remanescente de Quilombos.

⁴ Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa.

⁵ Support Strengthening the Social, Economic and Cultural Roles of traditional Black Communities and Regularization of theirs Territories in the states of Bahia, Rio de Janeiro and Espírito Santo, Brasil. Rio de Janeiro: Koinonia, 2000, s/n.

These measures are necessary in order to guarantee their cultural survival and the continuation of their socio-economic functions.

Traditional Black Communities is a concept that identifies those communities that were organised by runaway slaves in the rural areas (Quilombos) during the slavery regime that existed in Brasil until the end of the 19th Century, or communities established later by free slaves in the urban areas (*Candomble Terreiros*) as a way to reconstruct their ethnic, cultural, religious and solidarity ties.

The beneficiaries of the project are *Candomble Terreiros* located in the city of Salvador, State of Bahia in the Northeast of Brazil and *Quilombo Communities* in the states of Espírito Santo and Rio de Janeiro in the South-eastern region of the country. Both communities are under threat of losing their land to big landowners and land grabbers in the rural areas and to real estate speculators in urban areas, in addition to facing ecological deterioration due to predatory agricultural practices by landholders and unrestricted urban growth in their environs.

Lançar luz sobre o processo por meio do qual o território simbolicamente significativo da Restinga de Marambaia propicia a formação de identidades positivas desta comunidade simbólica (Bauman, 2003), e como estas mesmas identidades alimentam paralelamente a manutenção do funcionamento deste território dentro da macroestrutura social, tornou-se um significativo ponto que, para nós, merece atenção e parece ser generalizável.

É exatamente este aspecto que pretendemos analisar neste trabalho. No entanto, durante a construção do objeto de pesquisa surgiu uma questão que nos levou a pensar o papel do Serviço Social nesta questão da formação de identidades e territórios: que entendemos como o de um “intelectual orgânico”, como definido por Gramsci. Sendo assim, é necessário colocar em evidência que o trabalho que se propunha a ser uma etnografia da formação de uma identidade quilombola passou a dar uma ênfase maior ao papel deste intelectual naquele processo.

A razão maior para este desdobramento do objeto de pesquisa é justamente —em um tempo de crescimento dos movimentos sociais, e particularmente do movimento social negro e da construção da identidade quilombola— poder contribuir para a profissão, ao fornecer ferramentas de análise para a temática da formação de identidades em geral, a questão dos direitos humanos e sobretudo a identidade quilombola.

1.1

Nossa hipótese

Para formular nossa hipótese, partimos de um breve apanhado histórico da questão racial no Brasil. Sendo assim, devemos considerar já neste momento

introdutório que, embora predomine no imaginário nacional o mito da “democracia racial”, são evidentes na nação as expressões de discriminação racial, sobretudo pela extratificação social, disparidade de renda e acesso a direitos.

Assumimos que a ação direcionada de “intelectuais orgânicos” na construção/reconstrução/resgate positivo (valorativo) de identidades raciais coletivas abrigadas/conjugadas à construção/reconstrução/resgate de territórios negros pode atuar de forma eficaz no resgate, construção, conquista e garantia de direitos humanos das populações afro-brasileiras.

Este trabalho trata de considerar, através de um caso paradigmático, em que medida a inserção destes sujeitos vem impulsionando a transformação das relações raciais de grupos tradicionais na esfera da aquisição de direitos e emancipação humana, através de sua participação política ativa e consciente e, conseqüentemente, mudando também a vida desses indivíduos no referente à participação política.

Por estas razões, e como decorrência do imenso avanço que as lutas contemporâneas têm representado para a visibilidade e auto-representação das populações tradicionais negras no Brasil, é urgente discutir o alcance e os limites destas ações, a presença dos vetores de força engendrados nos conflitos provenientes destas lutas. O nosso trabalho tem como objetivo, não apenas subtrair o fato da esfera privada tornando-o fato político, mas, concretamente, a manutenção da vida das populações diretamente envolvidas.

Dado o caráter interdisciplinar desta pesquisa que recorre a matrizes teóricas como a Geografia, a História, a Sociologia, e outras, e com o cuidado de não cair nos “ecletismos inférteis” (Netto, 1999) para os quais já fomos alertados, no campo do Departamento de Serviço Social este trabalho pretende ser instrumento de reflexão útil para aqueles que se determinem ao trabalho de intervenção em territórios simbólicos e ao enfrentamento das questões sociais contidas na realidade brasileira, que é notoriamente permeada pela diversidade e, paradoxalmente, pelo racismo.

Visamos, com isto, a preservação da cidadania e, portanto, a garantia concreta de direitos nos espaços públicos e privados, entendendo que estas precisam estar enraizadas nas práticas e relações humanas determinadas por regras

de sociabilidade.

Não seria excessivo colocar em relevo que este processo passa pela ordem legal e institucional dependendo, sobretudo, de uma cultura pública democrática que se abra ao reconhecimento da legitimidade das lutas pela formação de identidades e territórios alternativos como meios de conquista desta cidadania. Neste processo procuramos associar as noções de formação de identidade e de território ao conceito de sociedade inclusiva, considerando que a demanda por direitos tem o sentido da constituição de grupos ou segmentos sociais minoritários, em situação de exclusão e/ou subordinação. Tal direcionamento é parte substancial do Projeto Ético-Político do trabalho do Serviço Social enquanto profissão que, pela dimensão ética, convoca os profissionais a refletirem sobre os valores que orientam as suas ações e, pela dimensão política e interventiva de intelectual orgânico (Gramsci, 1968) visa à construção de estratégias no campo democrático popular, para estabelecer mediações nos territórios do cotidiano.

Os paradigmas norteadores do projeto profissional são explícitos no Código de Ética Profissional de 1993; na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93); e na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. O Projeto torna regra dentre a categoria profissional os compromissos e valores a serem concretizados nos espaços sócio-institucionais (territórios mais diversos), através de mediações. No Código de Ética de 1993 afirmam-se diversos compromissos, no entanto, é suficiente saber que o Assistente Social é comprometido com:

... a ampliação da liberdade – concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos (...); a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo (...) [e a] defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993, p. 16).

Sendo assim e tendo guardadas as particularidades de um território específico que é a Restinga de Marambaia, pensamos que entre ele e diversos territórios de opressão e enfrentamento, através de processos de formação de identidades positivas, há muitas similitudes passíveis de comparação e indispensáveis para as ponderações sobre campo de trabalho interventivo e de conscientização por parte do Serviço Social. A peculiaridade deste assunto pressupõe uma articulação política com a ciência, já que as conclusões desta afetam seriamente àquela e vice-versa. Trata-se de uma relação íntima.

Entendemos que, mesmo que de forma velada, o negro no Brasil tem conseguido resistir à tentativa “civilizatória” etnocêntrica ocidental. Desde a vinda de negros africanos para o Brasil na condição de escravos, desde a formação dos Quilombos, as rodas de capoeira, o culto dos Orixás, a Umbanda, até os atuais resgates do Jongo, Maculelê, e de diversas outras expressões culturais coroadas pelas lutas dos remanescentes de Quilombos atuais, é possível perceber uma busca pelo resgate e pela manutenção de sua cultura, de sua identidade.

Defendemos aqui a possibilidade de fazer este resgate através da busca das alteridades contidas nos processos de formação de identidades positivas no ambiente de territórios que chamamos de territórios negros.

Neste trabalho utilizamos largamente referências de diversas obras de Milton Santos e Rogério Haesbaert por serem referências fundamentais nos estudos de Geografia, sobretudo dos territórios e, em alguma perspectiva, o seu uso - no caso, o foco principal que damos ao conceito.

Ambas as obras, em seu conjunto, constituem totalidades complexas e bastante amplas. Sobretudo, totalidades em que a tônica circula em torno do tema da resistência.

Compreendemos que ao deslindar progressivamente as trilhas em que estas resistências tomaram forma, se direcionaram e encontraram um caminho, o tamanho do conflito protagonizado voluntariamente ou não por negros e mestiços descendentes daqueles africanos.

Foi neste contexto que escolhemos tal problemática para ser nosso objeto de estudo que, de realidade concreta, dinâmica e histórica, tornou-se objeto teórico de alguns antes de mim e sobre o qual pretendemos explorar com intenção científica e político-ideológica – marca de nossa opção ética e profissional compromissada com a emancipação humana irrestrita e intransigente.

Neste trabalho nossa intenção é a de dar utilidade profissional e política ao discurso do Assistente Social, através de um caso que consideramos um paradigma empírico (Elias, 2000) e não apenas constatar o grau de vitimização de grupos secularmente excluídos das mais diversas dimensões da esfera pública deste país.

Objetivamente, procuramos entender o que são territórios negros, as relações que neles se dão, as determinações históricas, materiais e imateriais que

impactaram a sociedade como um todo, mas, sobretudo, de forma diferenciada a um determinado grupo em função de suas características fenotípicas, e o que isto implica ou tende a implicar ainda hoje.

Complementar e diretamente ligado a isto está o nosso desejo de compreender o foco, a ação e as implicações concretas e subjetivas das empreitadas assumidas pelos sujeitos coletivos que agiram e agem neste jogo de poderes evidenciado na luta pelo território negro da “ilha da Marambaia”, sobretudo nos aspectos tocantes à emancipação política dos moradores do local.